

**DETERMINANTES DE CARREIRAS POLÍTICAS NO BRASIL, NA  
ARGENTINA E NO URUGUAI: UMA ABORDAGEM COMPARATIVA ENTRE  
DEPUTADAS E DEPUTADOS**

Danusa Marques

Professora adjunta do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília – UnB – Brasil  
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – Brasil (2012)

[danusamarques@gmail.com](mailto:danusamarques@gmail.com), [danusa@unb.br](mailto:danusa@unb.br)

**Área temática: Política Comparada**

**Mesa: Carreiras políticas**

TRABALHO PREPARADO PARA APRESENTAÇÃO NO 7º CONGRESSO  
LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, ORGANIZADO PELA  
ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIA POLÍTICA (ALACIP)

BOGOTÁ, 25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013.

**Resumo:**

O *paper* apresenta a análise dos diferentes perfis de capital político entre representantes das Câmaras baixas do Brasil, da Argentina e do Uruguai, nas respectivas legislaturas: 2007-2010; 2005-2009, 2007-2011; e 2005-2010. O objetivo do trabalho é identificar e analisar comparativamente os diferentes perfis de carreira política nestes países, baseando-se na análise dos distintos tipos de capital político mobilizados pelos/as representantes para a construção de sua carreira, controlando pelo sexo do/a representante.

## **Introdução**

Esta pesquisa apresenta alguns dados centrais de minha pesquisa de doutoramento, defendida em 2012 na Universidade Federal de Minas Gerais. De modo geral, realizou-se um mapeamento dos tipos de capital político mobilizado pelas/os representantes das Câmaras baixas de Brasil, Argentina e Uruguai eleitos/as em meados dos anos 2000. O seu objetivo é mapear um terreno inexplorado – ou explorado parcialmente – e tentar compreender como se diferenciam os tipos de capital político que deputadas/os detêm.

Para isto, além das variáveis comumente utilizadas nas investigações sobre carreiras políticas, o desenho da pesquisa incluiu também variáveis específicas de capital político, como propriedade empresarial, militância sindical e, finalmente, vinculação com familiares que atuaram/atua politicamente, além da ocupação prévia de cargos eletivos e não-eletivos.

Os estudos tradicionais sobre carreiras políticas no Brasil frequentemente se dedicam ao estudo dos efeitos de variáveis institucionais do sistema eleitoral e partidário sobre a construção das carreiras, não sendo seu foco a investigação da fonte do capital político de eleitos/as.

Neste trabalho, entende-se que é fundamental investigar as desigualdades que se apresentam entre mulheres e homens no campo político, a partir do entendimento bourdiano sobre o conceito de campo, mobilizado neste estudo: “(...) é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção” (BOURDIEU, 2007[1989], 164). Partindo-se do entendimento de que para se evitar a tendência de naturalização das hierarquias e se compreender o campo político é preciso analisar como se dá a distribuição de capital político e, portanto, como esse campo se hierarquiza (dicotomizando-se enquanto relação centro/periferia, ou, de modo ainda mais extremo, pares/profanos). O foco na desigualdade de gênero, que é marcante nas democracias representativas apesar do direito de igualdade formal, é central para o questionamento de sua hierarquização.

Algumas pesquisas sobre carreiras políticas e gênero desenvolvem sua análise pela via da identificação da fonte do capital político das parlamentares, mas se restringem ao universo de candidatas, mas se limitam a apenas uma parte (quase sempre pequena) do universo a ser investigado.

Esta pesquisa, em complementação a esta área de estudos, traz novas três frentes como guias para a pesquisa, traçando sua diferença em relação aos demais trabalhos e buscando avançar um passo a mais: a inclusão da variável “capital familiar”, normalmente citada pela literatura especializada mas não verificada, pela dificuldade de coleta dos dados (que aqui buscou ser transposta); a investigação do universo de representantes, incluindo não apenas mulheres; e a comparação entre três países vizinhos, que compartilham alguns traços econômicos, sociais e culturais gerais, mas diferem bastante em relação ao conjunto de instituições.

Como objetivos específicos, destaca-se a tentativa de verificação de diversas hipóteses que a literatura sobre gênero e carreiras políticas comumente levanta: as mulheres que se elegem deputadas são majoritariamente de esquerda? Só se elegem se pertencem a famílias políticas? São eleitas por distritos “modernizados”? Quando eleitas

por distritos mais tradicionais são vinculadas a familiares que exercem cargos públicos? Apresentam uma ocupação prévia de cargos eletivos distinta daquela dos homens?

Os dados coletados para esta investigação se referem às pessoas cujos nomes constavam nas listas partidárias vencedoras, no caso da Argentina e do Uruguai, e na listagem de “eleitos e eleitos por média” do Tribunal Superior Eleitoral brasileiro<sup>1</sup>. Deste modo, no banco de dados aqui analisado constam: em relação ao Brasil, 45 entradas para deputadas (8,8%) e 468 para deputados (91,2%); em relação à Argentina, 98 entradas para deputadas (38,1%) e 159 para deputados; e em relação ao Uruguai, 9 entradas para representantes mulheres (9,1%) e 90 para representantes homens (90,9%). São, portanto, 513 casos de deputados/as federais brasileiros/as, 257 de deputados/as nacionais argentinos/as e 99 de representantes nacionais uruguaios/as<sup>2</sup>.

### O perfil geral de eleitos e eleitas: profissão

Foram levantados os dados sobre as profissões dos deputados e das deputadas nos três países, apresentadas nas tabelas a seguir. No Brasil, observa-se que “político/a” é a profissão com maior número de ocorrências, com mais de 60% das eleitas e eleitos com essa ocupação. A maioria das pessoas eleitas à Câmara dos Deputados é constituída por “políticos/as profissionais” que, por sua vez, têm acúmulo de capital político proveniente da própria atividade política. Embora o universo de deputadas seja pequeno se comparado ao de deputados, *estes dados mostram que existe uma tendência de equidade na ideia de que a carreira política é “profissional” também entre as mulheres.*

Brasil					
Tabela 1: Profissão das eleitas			Tabela 2: Profissão dos eleitos		
Profissão	eleitas	freq. eleitas	Profissão	eleitos	freq. eleitos
Política	30	66,7%	Político	282	60,3%
Professora	7	15,6%	Empresário	156	33,3%
Empresária	5	11,1%	Agropecuária/Fazendeiro*	53	11,3%
Servidora pública	5	11,1%	Médico	32	6,8%
Psicóloga	2	4,4%	Advogado	27	5,8%
Advogada	1	2,2%	Professor	13	2,8%
Agricultora	1	2,2%	Servidor Público	11	2,4%
Ajud. de Assistente Social	1	2,2%	Radialista	9	1,9%
Bancária	1	2,2%	Economista	8	1,7%
Diretora de Empresas	1	2,2%	Pastor	8	1,7%
Enfermeira	1	2,2%	Professor Universitário	7	1,5%
Policia Civil	1	2,2%	Administrador de Empresas	6	1,3%
Tradutora	1	2,2%	Apresentador de televisão	6	1,3%

<sup>1</sup> Foi realizado um levantamento dos dados de capital político de todos/as os/as parlamentares eleitos/as para a Câmara baixa de Brasil, Argentina e Uruguai nas seguintes eleições, respectivamente: 2006 (mandato 2007-2010), 2005/2007 (mandatos 2005-2009, 2007-2011), 2004 (mandato 2005-2010). As variáveis foram determinadas a partir da divisão utilizada por Miguel (2003) em suas pesquisas sobre carreiras políticas, construídas com base na discussão sobre capital simbólico de Pierre Bourdieu (2007 [1989]).

<sup>2</sup> Para mais explicações sobre a metodologia, cf. MARQUES (2012).

TOTAL	57
-------	----

(N)=45

Fonte: Elaboração própria.

Sindicalista	6	1,3%
Engenheiro Civil	5	1,1%
Jornalista	5	1,1%
Comerciante	4	0,9%
Outras**	58	12,4%
TOTAL	638	

(N)=468

\* Fazendeiro, Pecuárta/Agropecuárta, Produtor rural/Agricultor; excetua-se uma ocorrência de Agricultor Familiar)

\*\* Agruparam-se categorias com 1, 2 e 3 ocorrências

Fonte: Elaboração própria.

Empresário/a é uma profissão com destaque entre homens e mulheres, incluindo um terço dos deputados. A declaração profissional dos/as representantes já mostra a sua vinculação com as estruturas do poder econômico vigente, que serão analisadas mais à frente. Outras duas profissões importantes entre as eleitas foram professora (segunda mais citada) e servidora pública (quarta mais citada), mas estas não têm destaque entre os eleitos. Vale ressaltar que *a carreira educacional no ensino fundamental e médio é considerada tradicionalmente feminina*.

Argentina					
Tabela 3: Profissão das eleitas			Tabela 4: Profissão dos eleitos		
Profissão	eleitas	freq. eleitas	Profissão	eleitos	freq. eleitos
Política	46	31,3%	Político	67	24,2%
Professora	23	15,6%	Advogado	52	18,8%
Advogada	17	11,6%	Professor universitário	27	9,7%
Professora universitária	13	8,8%	Empresário	20	7,2%
Arquiteta	4	2,7%	Agropecuárta/fazendeiro	17	6,1%
Jornalista	4	2,7%	Médico	11	4,0%
Sindicalista	4	2,7%	Professor	9	3,2%
Empresária	3	2,0%	Arquiteto	7	2,5%
Assistente social	2	1,4%	Sindicalista	7	2,5%
Comerciante	2	1,4%	Contador	6	2,2%
Médica	2	1,4%	Construtor	5	1,8%
Psicóloga	2	1,4%	Consultor	5	1,8%
Agropecuárta/fazendeira	2	1,4%	Escritor	4	1,4%
Administradora	1	0,7%	Gerente empresarial	4	1,4%
Atriz	1	0,7%	Jornalista	4	1,4%
Bibliotecária	1	0,7%	Comerciante	3	1,1%
Bioquímica	1	0,7%	Economista	2	0,7%
Campesina	1	0,7%	Engenheiro agrônomo	2	0,7%
Cineasta	1	0,7%	Procurador	2	0,7%
Consultora	1	0,7%	Psicólogo	2	0,7%

Contadora	1	0,7%
Diplomata	1	0,7%
Economista	1	0,7%
Escritora	1	0,7%
Gerente de produção	1	0,7%
Instrumentadora cirúrgica	1	0,7%
Microempresária	1	0,7%
Modelo	1	0,7%
Nutricionista	1	0,7%
Pedagoga	1	0,7%
Pescadora	1	0,7%
Procuradora	1	0,7%
Produtora de cinema	1	0,7%
Professora de dança	1	0,7%
Psicopedagoga	1	0,7%
Sindicalista patronal	1	0,7%
TOTAL	147	

(N)=98

Fonte: Elaboração própria.

Veterinário	2	0,7%
Aeronáutico	1	0,4%
Bioquímico	1	0,4%
Caminhoneiro	1	0,4%
Cineasta	1	0,4%
Dentista	1	0,4%
Dirigente esportivo	1	0,4%
Engenheiro	1	0,4%
Engenheiro civil	1	0,4%
Engenheiro mecânico	1	0,4%
Escrivão	1	0,4%
Funcionário público	1	0,4%
Investigador	1	0,4%
Jogador de futebol	1	0,4%
Livreiro	1	0,4%
Operário	1	0,4%
Pesquisador	1	0,4%
Petroleiro	1	0,4%
Poeta	1	0,4%
Policial	1	0,4%
TOTAL	277	

(N)=159

Fonte: Elaboração própria.

As profissões mais recorrentes entre os deputados e deputadas argentinos é a própria profissão de “político/a”, entendida como uma carreira profissional (ainda que em uma medida muito menor do que entre os deputados brasileiros), advogado/a e, entre as deputadas, a carreira de professora. É interessante notar que a carreira de professor universitário é a terceira em número de ocorrências entre os deputados (é quarta entre as deputadas) – a carreira educacional, quando aparece em destaque entre os homens, se refere ao nível superior de ensino.

Uruguai					
Tabela 5: Profissão das eleitas			Tabela 6: Profissão dos eleitos		
Profissão	eleitas	freq. eleitas	Profissão	eleitos	freq. eleitos
Política	6	50,0%	Político	60	38,0%
Agricultora	1	8,3%	Advogado	11	7,0%
Contadora	1	8,3%	Professor	10	6,3%
Cooperativista	1	8,3%	Agropecuário/agricultor	9	5,7%
Escritora	1	8,3%	Médico	9	5,7%
Professora	1	8,3%	Empresário	8	5,1%
Professora universitária	1	8,3%	Jornalista	8	5,1%
TOTAL	12		Sindicalista	5	3,2%
			Contador	4	2,5%

(N)=9

Fonte: Elaboração própria.

Professor universitário	4	2,5%
Veterinário	4	2,5%
Funcionário público	3	1,9%
Gerente empresarial	3	1,9%
Comerciante	2	1,3%
Dentista	2	1,3%
Economista	2	1,3%
Motorista	2	1,3%
Operário	2	1,3%
Agrimensor	1	0,6%
Auditor	1	0,6%
Bancário	1	0,6%
Caminhoneiro	1	0,6%
Cientista político	1	0,6%
Escrivão	1	0,6%
Feirante	1	0,6%
Leiloeiro	1	0,6%
Militante partidário	1	0,6%
Militar	1	0,6%
TOTAL	158	

(N)=90

Fonte: Elaboração própria.

Os dados referentes aos/às representantes uruguaios/as também apontam para a profissionalização política como um ponto relevante no perfil dos/as parlamentares. As demais profissões aparecem diluídas, embora *o topo da lista entre os representantes homens seja dominado por ocupações “tradicionais”, como o exercício da advocacia.*

No Brasil e no Uruguai a dedicação à atividade política profissional entre os/as deputados/as, através da ocupação de cargos públicos, pode indicar dois fatores: o primeiro se refere às características do engajamento político-partidário em cada país; a segunda, ao grau de importância dado a este ponto específico da carreira política em cada país.

O engajamento político-partidário na Argentina é distinto do padrão de engajamento presente entre os/as representantes brasileiros/as e uruguaios/as. A militância partidária na Argentina se constrói como um padrão de tipo movimentos e frentes, com base popular principalmente pela divisão entre peronismo e anti-peronismo no campo político. Deste modo, o engajamento não se dá dentro das estruturas do partido, tendo mais organicidade o elo população-partido. Deste modo, diversos/as políticos/as começam a se envolver com a militância social e partidária (que não têm tanta distância) ainda na juventude. A atividade política central não passa necessariamente pela ocupação de cargos eletivos ou não-eletivos de primeiro escalão (que é foco deste estudo). No Uruguai os partidos também se organizam enquanto movimentos internos, mas não têm a capilaridade dos movimentos e frentes partidárias argentinos, mantendo sua face institucional bastante clara. No Brasil o cenário é totalmente inverso: a atividade política profissional é vinculada quase sempre

diretamente às estruturas partidárias e à ocupação de cargos eletivos ou de confiança de primeiro escalão, via partido.

O segundo ponto se refere à importância do cargo de deputado/a nacional na Argentina, visto que o cargo de deputado/a nacional pode ser interpretado como um trampolim para outros cargos superiores, como senador, ministro ou governador provincial. Com as informações coletadas não se pode afirmar qual foi o destino de cada deputado/a aqui analisada/o, mas essa hipótese parece bastante sustentável. A taxa de reeleição para as eleições analisadas (2005 e 2007) continua seguindo a taxa média de 20% para o período 1983-1997 indicada por Jones *et alli* (2000): 16,3%.

Tabela 7: Reeleição na Argentina					
	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	TOTAL
sim	21	21,4%	21	13,2%	16,3%
não	77	78,6%	138	86,8%	
TOTAL	98	100,0%	159	100,0%	(N)=257

Fonte: Elaboração própria.

Entre as mulheres a taxa de reeleição é superior aos homens, o que pode indicar que a *Câmara de Diputados*, talvez por não ser um espaço de topo de carreira no país, seja mais aberto à permanência de mulheres. No Brasil e no Uruguai, embora o cargo de deputado/a também seja um espaço relevante para se galgar mais degraus na carreira (para mais tarde chegar, quiçá, ao cargo de senador/a, ministro/a de Estado, governador/a e presidente/a), este é um espaço mais valorizado do que na Argentina (onde o retorno ao legislativo provincial não é visto como um retrocesso na carreira). Algumas províncias argentinas possuem legislativo bicameral – o retorno para o nível local pode ser positivo tanto na ocupação de cargos internos do partido, fator relevante na dinâmica argentina, como na ocupação de cargos eletivos no legislativo provincial, seja no Senado ou na Câmara de Deputados provincial.

A taxa de reeleição no Brasil e no Uruguai é muito superior à da Argentina, como pode se ver nas tabelas 20 e 21, a seguir. Enquanto a reeleição na Argentina para o período 2005-2011 foi de 16,3%, a taxa de reeleição brasileira para 2006 foi de 54,6% e a taxa de reeleição uruguaia para 2004 foi de 50,5%. Ainda assim, comparadas às altas taxas de reeleição norte-americanas, sempre citadas pela literatura especializada, que giram em torno de 95%, a reeleição no Brasil e no Uruguai são bastante comedidas – mas se considerada a Argentina, são mais do que três vezes superiores.

Tabela 8: Reeleição no Brasil					
	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	TOTAL
sim	18	40,0%	262	56,0%	54,6%

Tabela 9: Reeleição no Uruguai					
	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	TOTAL
sim	6	66,7%	44	48,9%	50,5%

não	27	60,0%	206	44,0%
TOTAL	45	100,0%	468	100,0%

(N)=513

Fonte: Elaboração própria.

não	3	33,3%	46	51,1%
TOTAL	9	100,0%	90	100,0%

(N)=99

Fonte: Elaboração própria.

*Assim como na Argentina, a reeleição no Uruguai é mais comum entre as representantes mulheres do que entre os representantes homens – mas é preciso observar que o universo de mulheres é bastante pequeno, portanto a comparação entre eleitas e eleitos é bastante limitada. No Brasil, ao contrário dos outros dois países analisados, a taxa de reeleição dos deputados é 16 pontos percentuais superior à das deputadas.* Como apresentado anteriormente, o cargo de deputado/a federal no Brasil é um degrau intermediário superior na carreira política – considerando o debate sobre ambição política progressiva, uma pessoa que ocupa uma cadeira na Câmara dos Deputados, se percebe que não tem condições de alcançar um cargo mais “elevado” na hierarquia da carreira, provavelmente optará por concorrer ao mesmo cargo que já ocupa (e que, portanto, já teve sucesso anterior em alcançar, sendo um candidato mais viável e atraente). Em um contexto de pequena participação feminina, a tendência é de que quem acabará sendo reeleito seja homem (e, com uma taxa de reeleição de cerca de 50%, metade da Casa não se “renova”).

### **O viés ideológico: a maior parte das mulheres eleitas é filiada a partidos de esquerda?**

Em relação aos/as parlamentares brasileiros/as, os dois principais partidos políticos aos quais estavam vinculadas/os as/os eleitas/os no momento da eleição, PMDB e PT, apresentaram-se com percentual muito similar de filiação de eleitas e eleitos, mas é importante perceber que entre os demais partidos a distribuição difere: o PSB, terceiro principal partido entre as eleitas, é o nono partido entre os eleitos; o PSDB, terceiro partido entre os eleitos, é o sexto partido entre as eleitas.

A análise dos partidos leva à verificação de que *há uma predominância de mulheres vinculadas a partidos de esquerda no Brasil. Entre os eleitos, há um equilíbrio ideológico<sup>3</sup>, o que não ocorre entre as eleitas.* A literatura afirma que historicamente partidos de esquerda são mais abertos a candidaturas de mulheres. Os dados aqui apresentados mostram que essa é uma realidade no que se refere às mulheres que conseguiram se eleger para a Câmara dos Deputados brasileira em 2006 – praticamente metade delas era vinculada a partidos de esquerda, enquanto a outra metade se divide entre os partidos de centro e de direita.

<sup>3</sup> Foram classificados como partidos de esquerda: PT, PCB, PCdoB, PCO, PDT, PHS, PMN, PPS, PSB, PSOL, PSTU e PV. No centro, PMDB e PSDB. À direita, PFL/DEM, PL/PR, PPB, PRB e PTB, além de uma miríade de micro-partidos (PRP, PAN, PGT, PRN, PRONA, PRTB, PSC, PSD, PSDC, PSL, PSN, PST, PTC, PT do B e PTN).

<b>Tabela 10: Ideologia partidária - Brasil</b>				
Ideologia partidária	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
esquerda	22	48,9%	168	35,9%
centro	12	26,7%	144	30,8%
direita	11	24,4%	156	33,3%
TOTAL	45	100,0%	468	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

*A hipótese de que as mulheres eleitas são normalmente vinculadas a partidos de esquerda se confirma para o caso uruguaio.* Das nove representantes, oito são filiadas ao *Frente Amplio*. Entre os deputados o partido é também o que conseguiu mais cadeiras no Parlamento, mas o percentual de filiações é de 52,5% entre eles. O *Partido Nacional* elegeu apenas uma mulher e o *Partido Colorado*, que elegeu 10% das cadeiras da Casa, não elegeu nenhuma representante mulher. Nas eleições de 2004 o contexto uruguaio é claramente marcado pela oposição entre o “novo” partido de esquerda, *Frente Amplio*, contra as duas forças tradicionais do país – especialmente o *Partido Colorado*, que atravessava um momento de grande retração de sua força política. Vale lembrar que é no pleito presidencial que ocorreu simultaneamente à eleição legislativa nacional analisada que o Frente Amplio chega pela primeira vez à Presidência da República, com a candidatura Tabaré Vázquez, após ganhar cada vez mais espaço desde os pleitos dos anos 1990.

<b>Tabela 11: Partidos políticos, por sexo - Uruguai</b>					
Partido	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	Total Partido
EP-FA-NM	8	88,9%	44	48,9%	52,5%
PN	1	11,1%	35	38,9%	36,4%
PC	0	0,0%	10	11,1%	10,1%
Partido Independiente	0	0,0%	1	1,1%	1,0%
TOTAL	9	100,0%	90	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

*No contexto argentino a divisão esquerda-direita não faz tanto sentido quanto em relação ao campo político brasileiro ou uruguaio.* O sistema partidário argentino é historicamente bipartidário, dividido entre peronistas e anti-peronistas (focada principalmente nos radicais), com alguns momentos de perda de força do peronismo. Nas eleições analisadas (2005 e 2007) a divisão bipartidária era marcante:

## Argentina

<b>Tabela 12: Bloco partidário das eleitas</b>		
Bloco	eleitas	freq. eleitas
Frente para La Victoria - PJ	53	54,1%
Coalición Cívica	8	8,2%
UCR	6	6,1%
PRO	6	6,1%
outro	4	4,1%
Frente Cívico p/ Santiago	3	3,1%
Partido Socialista	3	3,1%
Solidariedad y Igualdad (SI) - ARI	3	3,1%
Frente Justicia, Unión y Libertad	2	2,0%
Frente de Todos	2	2,0%
MPN	2	2,0%
De la Concertación	1	1,0%
Renovador de Salta	1	1,0%
Unidad Federalista (Pa.U.Fe.)	1	1,0%
Encuentro Popular y Social	1	1,0%
Memoria y Democracia	1	1,0%
Frente Producción y Trabajo	1	1,0%
<b>TOTAL</b>	<b>98</b>	

\*ARI, Encuentro para el cambio (UCR+PS)

Fonte: Elaboração própria.

<b>Tabela 13: Bloco partidário dos eleitos</b>		
Bloco	eleitos	freq. eleitos
Frente para La Victoria - PJ	80	50,3%
UCR	20	12,6%
Coalición Cívica	10	6,3%
PRO	9	5,7%
Partido Socialista	5	3,1%
De la Concertación	5	3,1%
Frente Cívico p/ Santiago	5	3,1%
Frente Justicia, Unión y Libertad	4	2,5%
outro	3	1,9%
Solidariedad y Igualdad (SI) - ARI	2	1,3%
Frente de Todos	2	1,3%
Unión Celeste y Blanco	1	0,6%
Renovador de Salta	1	0,6%
Fte. Cívico y Social de Catamarca	1	0,6%
Justicialista Nacional	1	0,6%
Demócrata de Mendoza	1	0,6%
Concertación Entrerriana	1	0,6%
Diálogo p/ BsAs	1	0,6%
Dignidad Peronista	1	0,6%
Unidad Federalista (Pa.U.Fe.)	1	0,6%
Por la Verdad	1	0,6%
Partido Liberal de Corrientes	1	0,6%
MPN	1	0,6%
(Sin bloque)	1	0,6%

TOTAL	158
-------	-----

\*Nvo contra Corrupción e por la Honestidad, Proyecto Sur, Unión para Córdoba

Fonte: Elaboração própria.

Nas eleições de 2005 e 2007 o peronismo havia retomado sua força, sob o kirchnerismo. O *Partido Justicialista*, organizado como a *Frente por la Victoria*, conseguiu ganhar mais de 50% das cadeiras da *Cámara de Diputados*, tanto entre as candidatas quanto entre os candidatos. A força anti-peronista é representada principalmente pelos radicais da UCR (que têm mais deputados do que deputadas), seguida pela Coalición Cívica (dissidência da *Alianza* – bloco composto por UCR e FREPASO no final dos anos 1990 –, dissolvida após a crise de 2001, que conta com fortes lideranças femininas, como Elisa Carrió), e pelo PRO (Coalición Proposta Republicana, bloco de direita de viés empresarial, dirigido pelo empresário Mauricio Macri, atual governador reeleito da Cidade de Buenos Aires).

### O capital político delegado: qual é a distribuição de ocupação de cargos eletivos entre os deputados e as deputadas?

A distribuição dos cargos eletivos já ocupados, ponderada pelo total de eleitas e eleitos, é bastante semelhante entre mulheres e homens. A única categoria que difere um pouco é o próprio cargo de deputado/a federal, que apresenta uma porcentagem maior entre os deputados, ainda assim menor do que 10 pontos percentuais.

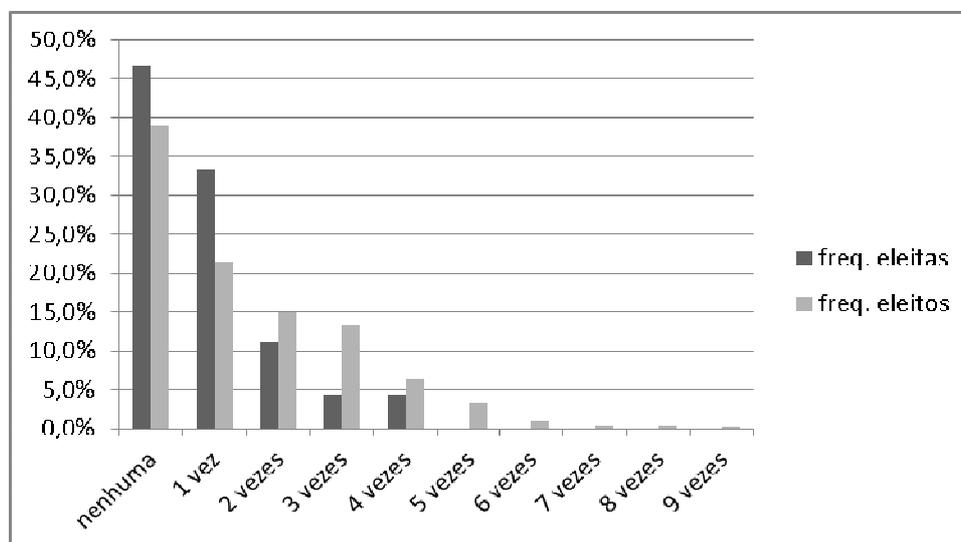
Tabela 14: Cargos eletivos já ocupados - Brasil				
Cargos eletivos	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
presidente/a	0	0,0%	0	0,0%
vice-presidente/a	0	0,0%	0	0,0%
governador/a	1	2,2%	13	2,8%
vice-governador/a	1	2,2%	7	1,5%
prefeito/a	9	20,0%	93	19,9%
vice-prefeito/a	2	4,4%	28	6,0%
senador/a	0	0,0%	0	0,0%
deputado/a federal	24	53,3%	286	61,1%
dep. estadual/distrital	16	35,6%	178	38,0%
vereador/a	15	33,3%	146	31,2%
TOTAL	68		751	

(N)	45	100%	468	100%
-----	----	------	-----	------

Fonte: Elaboração própria.

Ao se analisar a tabela 14 e o gráfico 1, verifica-se que o número de mulheres que chegam ao cargo de deputada federal pela primeira vez é maior do que entre os eleitos: são 7,8 pontos percentuais de diferença. Entre as mulheres que já ocuparam a vaga de deputada federal por uma vez a diferença é de 11,9 pontos percentuais. No entanto, o percentual de eleitos que já ocuparam a vaga por três vezes antes da eleição de 2006 é também três vezes superior ao percentual das eleitas.

**Gráfico 1 – Porcentagem de eleitos e eleitas, por quantidade de mandatos já exercidos na Câmara dos Deputados – Brasil**



Fonte: Elaboração própria.

Observando-se essa distribuição vê-se que, entre os eleitos, a permanência no cargo de deputado federal é muito maior do que entre as eleitas, que apresentam um menor número de passagens por este mesmo cargo. Considerando-se que o acesso das mulheres à Câmara dos Deputados em um passado recente era muito mais limitado do que o é atualmente, embora ainda continue restrito, no futuro é importante investigar se a taxa de reeleição entre mulheres tenderá a ser tão alta quanto aquela praticada pelos homens, passado um maior número de eleições.

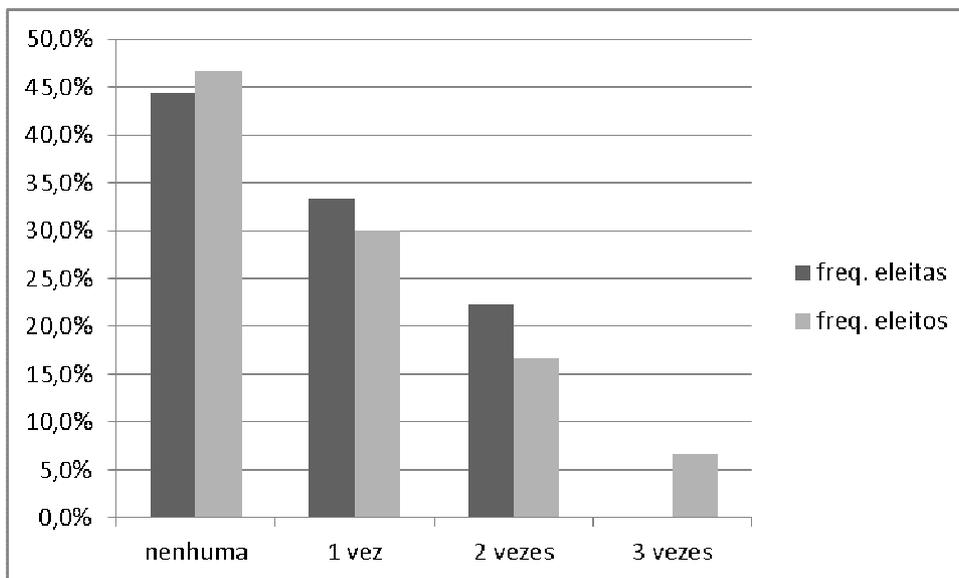
Na Argentina, os percentuais de ocupação de cargos eletivos são bastante semelhantes entre homens e mulheres, com exceção dos cargos de intendente/a (um cargo que muitas vezes ocupa um degrau superior na estrutura de carreira política argentina), com percentual cinco vezes maior para os eleitos, e o próprio cargo de deputado/a nacional, com vantagem de quase 10 pontos percentuais para as eleitas.

<b>Tabela 15: Cargos eletivos já ocupados - Argentina</b>				
Cargos eletivos	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
presidente/a	0	0,0%	0	0,0%
vice-presidente/a	0	0,0%	0	0,0%
governador/a	0	0,0%	5	3,1%
vice-governador/a	1	1,0%	5	3,1%
intendente/a	5	5,1%	41	25,8%
vice-intendente/a	0	0,0%	0	0,0%
senador/a	3	3,1%	4	2,5%
diputado/a nacional	32	32,7%	38	23,9%
representante provincial	28	28,6%	47	29,6%
concejal/a	15	15,3%	25	15,7%
TOTAL	84		165	
(N)	98	100%	159	100%

Fonte: Elaboração própria.

Neste estudo só foram analisados os cargos já ocupados por esses/as eleitos/as, mas os dados indicam que, muito possivelmente, os deputados têm menos passagens pela *Cámara de Diputados* porque visam a cargos mais importantes. Isso porque, conforme já afirmado, a cadeira como deputado nacional na Argentina não é um patamar muito alto na estrutura de carreira deste país. No gráfico 2 vê-se que o percentual de eleitos no conjunto de novatos/as na Casa é maior do que entre as eleitas, mas a situação se inverte em relação à permanência como deputados/as – as mulheres apresentam mais mandatos.

**Gráfico 2 – Porcentagem de eleitos e eleitas, por quantidade de mandatos já exercidos na Câmara de Diputados – Argentina**



Fonte: Elaboração própria.

Os dados dos/as representantes uruguaios mostram que só há uma grande diferença na ocupação de cargo no legislativo departamental.

Cargos eletivos	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
presidente/a	0	0,0%	0	0,0%
vice-presidente/a	0	0,0%	0	0,0%
intendente/a	0	0,0%	3	3,3%
vice-intendente/a	0	0,0%	2	2,2%
senador/a	0	0,0%	4	4,4%
representante nacional	5	55,6%	48	53,3%
edil/a	1	11,1%	28	31,1%
TOTAL				
(N)	9	100%	90	100%

Fonte: Elaboração própria.

A ocupação de cargos, de modo geral, não difere entre eleitos e eleitas, nos três países. Um caso específico que se destaca, por apresentar diferenças em relação à ocupação de outros cargos, é o legislativo estadual brasileiro.

<b>Tabela 17: Porcentagem de eleitos e eleitas, por mandatos já exercidos na Assembleia Legislativa estadual</b>				
<b>Brasil</b>				
Dep. estadual	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
nenhuma	29	64,4%	290	62,0%
1 vez	6	13,3%	84	17,9%
2 vezes	9	20,0%	54	11,5%
3 vezes	1	2,2%	25	5,3%
4 vezes	0	0,0%	12	2,6%
5 vezes	0	0,0%	1	0,2%
6 vezes	0	0,0%	1	0,2%
7 vezes	0	0,0%	1	0,2%
<b>TOTAL</b>	<b>45</b>	<b>100,0%</b>	<b>468</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaboração própria.

Na tabela acima, é possível se analisar o percentual de mulheres em relação aos homens que tiveram dois mandatos nas Assembleias Legislativas. *Os dados sugerem que, para a construção de sua carreira, as mulheres permaneceriam na disputa estadual por mais tempo do que os homens.* Em pesquisa com entrevistas de candidatas e eleitas à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Matos (2008) afirma que muitas candidatas e eleitas da eleição de 2006 afirmam preferir manter-se na disputa estadual a entrar na disputa por uma vaga na Câmara dos Deputados, porque isso significa que precisariam distanciar-se de suas famílias, pelas quais são responsáveis. Assim, mais uma vez observa-se que a responsabilidade pelas questões domésticas limita o que é entendido como “ambiçãõ política” das mulheres. O fato observado na pesquisa de Matos (2008) pode sugerir a mesma explicação para a maior permanência das mulheres em Assembleias Legislativas aqui observada, em relação às trajetórias das deputadas federais que foram eleitas em 2006.

Comparando com Uruguai e Argentina, o caso brasileiro se mostra singular. No Uruguai, apenas representantes homens apresentam uma experiência maior de ocupação de cargos no poder local (22,2% deles), sendo que apenas uma das nove representantes teve passagem por este nível de governo, tendo sido *edila* por duas vezes. Já os dados dos/as representantes argentinos/as indicam que não há diferenças no padrão de cargos já ocupados nas províncias, como se observa na tabela 26:

<b>Tabela 18: Porcentagem de eleitos e eleitas, por mandatos já exercidos na/s Casa/s Legislativa/s Provincial/is*</b>				
<b>Argentina</b>				
Rep. Provincial	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
nenhuma	70	71,4%	112	70,4%
1 vez	22	22,4%	29	18,2%
2 vezes	6	6,1%	12	7,5%
3 vezes	0	0,0%	5	3,1%
4 vezes	0	0,0%	0	0,0%
5 vezes	0	0,0%	1	0,6%
<b>TOTAL</b>	<b>98</b>	<b>100,0%</b>	<b>159</b>	<b>100,0%</b>

\*Há províncias unicamerais e bicamerais na Argentina.

Fonte: Elaboração própria.

### **O capital político delegado: qual é a distribuição de ocupação de cargos não-eletivos entre os deputados e as deputadas?**

*Os dados da tabela 19 indicam que nenhuma eleita ocupou o cargo de ministra de Estado no Brasil. No Uruguai, nenhuma das representantes mulheres tem passagens por cargos não-eletivos de primeiro escalão, ao contrário dos representantes homens (8,9% deles já passou por esses cargos, sendo que um deles foi ministro de Estado).*

<b>Tabela 19: Cargos não-eletivos já ocupados</b>												
Cargos eletivos	<b>Brasil</b>				<b>Argentina</b>				<b>Uruguai</b>			
	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
ministro/a de Estado	0	0,0%	19	4,1%	4	4,1%	3	1,9%	0	0,0%	1	1,1%
sec. Estadual/provincial/departamental	11	24,4%	131	28,0%	14	14,3%	38	23,9%	0	0,0%	7	7,8%
sec. municipal	11	24,4%	81	17,3%	13	13,3%	17	10,7%	—	—	—	—
<b>TOTAL</b>	<b>45</b>	<b>100%</b>	<b>468</b>	<b>100%</b>	<b>98</b>	<b>100%</b>	<b>159</b>	<b>100%</b>	<b>9</b>	<b>100%</b>	<b>90</b>	<b>100%</b>

No Brasil, o percentual de eleitas que já foram secretárias municipais é um pouco maior do que o de eleitos (7,1 p.p.). Neste país a ocupação de um cargo de confiança em nível local pode ser bastante importante como ponto inicial de construção da carreira política – em um primeiro momento, ocupa-se um cargo público através da mobilização de apoio político não-eleitoral, para apenas depois, já com capital político delegado pela ocupação deste cargo, submeter-se ao escrutínio eleitoral - a última “barreira” para ocupação de um cargo, segundo o modelo de Norris (2004).

Na Argentina, o percentual de deputados que já foram ministros provinciais é quase 10 pontos percentuais superior à ocupação deste cargo pelas eleitas. Ser ministro provincial é bastante relevante na estrutura de carreira política argentina, o que indica a maior capacidade de mobilização de apoio político dos dirigentes partidários pelos representantes homens em comparação com as mulheres.

A ocupação de cargos públicos não-eletivos é importante não apenas para ingressar no campo político “driblando-se a legitimação dos profanos” no momento eleitoral (deve-se lembrar que os votos são importantes, mas deles não se deriva diretamente capital político, visto que este se funda como forma de reconhecimento dos pares, e não dos profanos), mas principalmente porque o capital político delegado pela ocupação destes cargos é importante na busca por um (re)posicionamento central no campo.

### **O capital político delegado: as mulheres com posições mais elevadas nas listas partidárias<sup>4</sup> apresentam maior ocupação prévia de cargos públicos eletivos?**

Um pressuposto apontado pela literatura indica que as posições mais altas das listas partidárias serão ocupadas por candidatos e candidatas mais “atraentes” e um dos fatores importantes, que influencia a seleção dessas candidaturas, é a experiência prévia do/a candidato/a. No caso de sistemas de lista fechada, o potencial de “atração” das candidaturas é julgado pelos selecionadores partidários. Em sistemas de lista aberta, os selecionadores não são capazes de ordenar a lista, mas podem distribuir recursos, tais como tempo de rádio e TV para propaganda eleitoral, a fim de alavancar algumas candidaturas. Candidaturas que mais se assemelham ao padrão de vitória tradicional serão as mais incentivadas – em sistemas de lista aberta, para que ocupem o topo da lista partidária, ordenador pelos/as eleitores/as; em sistemas de lista fechada, receberão incentivos para colocá-la no topo da lista. Admitindo-se esses pressupostos, espera-se que as candidatas que conseguirem se posicionar no topo da lista partidária, levando a primeira cadeira distribuída, tenham uma experiência de ocupação de cargos públicos superior à média das candidaturas (ou seja, mais capital político acumulado pela ocupação prévia de cargos, ou seja, mais reconhecimento por sua trajetória) e das candidatas mulheres que não alcançaram esta posição.

---

<sup>4</sup> No Brasil, definidas pela votação nominal recebida; na Argentina e no Uruguai, em posições pré-ordenadas nos partidos.

<b>Tabela 20: Cargos eletivos já ocupados - eleitas que ocupam o 1º lugar da lista - Brasil</b>				
Cargos eletivos	eleitas top	freq. eleitas top	eleitas geral	freq. eleitas geral
presidente/a	0	0,00%	0	0,0%
vice-presidente/a	0	0,00%	0	0,0%
governador/a	1	6,67%	1	2,2%
vice-governador/a	1	6,67%	1	2,2%
prefeito/a	1	6,67%	9	20,0%
vice-prefeito/a	0	0,00%	2	4,4%
senador/a	0	0,00%	0	0,0%
deputado/a federal	7	46,67%	24	53,3%
dep. estadual/distrital	4	26,67%	16	35,6%
vereador/a	5	33,33%	15	33,3%
TOTAL cargos	19		68	
(N)	15		45	

Fonte: Elaboração própria.

*O conjunto de deputadas brasileiras que foram as campeãs de votos de seus partidos e coligações não apresenta maior ocupação de cargos do que a média das demais deputadas.* Na verdade, em relação ao percentual de experiência na própria Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas e nas Prefeituras Municipais a média geral das eleitas supera o percentual das candidatas campeãs de votos. Sem desconsiderar a força organizadora e mobilizadora dos partidos políticos, deve-se admitir que, em um sistema eleitoral com altos incentivos personalistas como o brasileiro, para uma candidatura campeã de votos o efeito da campanha e carisma individual da/o candidata/o pode ser crucial na votação recebida.

*No caso argentino, a prévia ocupação de uma cadeira na Câmara baixa pelas candidatas posicionadas no topo da lista é quase 10 pontos percentuais superior do que a média geral de deputadas eleitas.*

<b>Tabela 21: Cargos eletivos já ocupados - eleitas que ocupam o 1º lugar da lista - Argentina</b>				
Cargos eletivos	eleitas top	freq. eleitas top	eleitas geral	freq. eleitas geral
presidente	0	0,0%	0	0,0%
vice-presidente	0	0,0%	0	0,0%
governador/a	0	0,0%	0	0,0%
vice-governador/a	0	0,0%	1	1,0%
intendente/a	3	11,5%	5	5,1%
vice-intendente/a	0	0,0%	0	0,0%
senador/a	0	0,0%	3	3,1%
diputado/a nacional	11	42,3%	32	32,7%
rep. provincial	8	30,8%	28	28,6%
concejal/a	5	19,2%	15	15,3%
TOTAL cargos	27		84	
(N)	26		98	

Fonte: Elaboração própria.

*Já em relação às eleitas uruguaias, das quatro mulheres que encabeçaram listas partidárias, apenas uma tinha ocupado um cargo na Câmara de Representantes, enquanto no conjunto total de eleitas cinco representantes, entre nove, já haviam passado pela Casa. Apesar de o universo ser pequeno, a situação uruguiaia não acompanha a hipótese específica de pesquisa aqui levantada.*

<b>Tabela 22: Cargos eletivos já ocupados - eleitas que ocupam o 1º lugar da lista - Uruguai</b>				
Cargos eletivos	eleitas top	freq. eleitas top	eleitas geral	freq. eleitas geral
presidente	0	0,0%	0	0,0%
vice-presidente	0	0,0%	0	0,0%
intendente/a	0	0,0%	0	0,0%

vice-intendente/a	0	0,0%	0	0,0%
senador/a	0	0,0%	0	0,0%
diputado/a nacional	1	25,0%	5	55,6%
edil/a	0	0,0%	1	11,1%
TOTAL				
(N)	4		9	

Fonte: Elaboração própria.

### O capital político familiar: como se distribui entre deputados e deputadas?

A fim de se verificarem as afirmações de que o capital político delegado por familiares é mais importante para a eleição de mulheres do que para a eleição de homens, de acordo com as amplas hipóteses levantadas pelos estudos eleitorais sobre mulheres e, especificamente, ao achado de Pinheiro (2007) sobre as deputadas federais entrevistadas em sua pesquisa, buscou-se determinar os cargos ocupados pelos familiares dos/as parlamentares aqui analisados/as. É comum na literatura especializada sobre gênero e carreiras políticas a hipótese de que mulheres só conseguem ingressar no campo político por meio do capital delegado por seus familiares. Ter um/a familiar/a envolvido/a com o campo político seria um fator relevante não apenas pela transferência da rede de contatos, mas também pela socialização política vivenciada. Para as pessoas com familiares envolvidos/as com o campo político, este seria visto como um local acessível: suas fronteiras seriam mais permeáveis para aquelas/es que já conhecem as práticas daquele espaço – ou, para usar uma terminologia bourdiana, que já dominariam, ainda que não totalmente, o *habitus* político, gerando reconhecimento dos pares no campo.

capital familiar	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	TOTAL
Brasil	25	55,6%	197	42,1%	43,3%
Argentina	12	12,2%	15	9,4%	10,5%
Uruguai	1	11,1%	9	10,0%	10,1%

Fonte: Elaboração própria.

*O Brasil é o país que apresenta maior número de deputados e deputadas cujos familiares ocuparam cargos públicos eletivos e não-eletivos de primeiro escalão. São 222 parlamentares com vínculo familiar com políticos/as, correspondendo a 43,3% da Casa. Entre as deputadas, o capital político familiar é ainda mais presente: 55,6% delas é familiar de algum/a político/a que ocupou cargos eletivos e não-eletivos de*

primeiro escalão. O capital político familiar também é muito relevante para os deputados brasileiros eleitos: está presente entre 42,1% deles. Apesar dos 13,5 pontos percentuais que distanciam deputados e deputadas brasileiras, não é possível afirmar que o capital familiar não é relevante para os parlamentares homens.

No Uruguai apenas uma eleita, Lucía Topolansky, apresentou vinculação familiar com políticos, seu cônjuge, José Mujica, atual presidente da República, que havia sido representante nacional e na mesma eleição foi eleito senador pelo Frente Amplio. É importante ressaltar que ambos militam juntos desde a resistência clandestina à ditadura, no *Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros*.<sup>5</sup> De modo geral, a vinculação familiar com ex-ocupantes de cargos eletivos e não-eletivos de primeiro escalão no Uruguai não é predominante, atingindo 10,1% dos/as eleitos/as. Esse percentual é semelhante àquele encontrado na Argentina e três vezes menor do que no Brasil.

A presença de capital político familiar na Argentina é mais modesta do que no Brasil: são 27 parlamentares com vínculo familiar com políticos/as, ou 10,5% da Cámara de Diputados. Não há diferenças entre a vinculação de homens e mulheres agregadamente, embora haja diferenças quando esses dados são desagregados, como se vê na tabela 24 (nela os cargos ocupados por membros da família das/os eleitos/as foram agrupados, sem considerar os números de mandatos, para seu melhor entendimento<sup>6</sup>).

**Tabela 24: Cargos políticos ocupados por familiares**

Familiar	Brasil				Argentina				Uruguai			
	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
pai	16	18,8%	185	42,2%	9	31,0%	8	26,7%	0	0,0%	6	54,5%
mãe	0	0,0%	3	0,7%	1	3,4%	0	0,0%	0	0,0%	1	9,1%
irmã/o	3	3,5%	93	21,2%	5	17,2%	13	43,3%	0	0,0%	2	18,2%
cônjuge	53	62,4%	27	6,2%	14	48,3%	6	20,0%	1	100,0%	1	9,1%
filha/o	9	10,6%	50	11,4%	0	0,0%	2	6,7%	0	0,0%	0	0,0%
avó/ô	4	4,7%	59	13,5%	0	0,0%	1	3,3%	0	0,0%	1	9,1%
sogra/o	0	0,0%	21	4,8%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%

<sup>5</sup> Para melhor contextualização sobre a representante: Lucía Topolansky foi eleita senadora em 2010 e atualmente é Presidenta do Senado.

<sup>6</sup> Consideraram-se os seguintes cargos, de Brasil, Argentina e Uruguai, respectivamente: secretário/a municipal (Brasil e Argentina, apenas); secretário/a ou ministro/a estadual/provincial/departamental; ministro/a de Estado; vereador/a, concejal (Brasil e Argentina, apenas); prefeito/a, intendente/a; vice-prefeito/a, vice-intendente/a; dep. estadual/distrital, representante provincial (deputado/a e senador/a, quando houver), edil/a; dep. federal/nacional ou representante nacional, senador/a, governador/a (Brasil e Argentina, apenas), vice-governador/a (Brasil e Argentina, apenas), presidente/a da República e vice-presidente/a.

TOTAL	85	100,0%	438	100,0%	29	100,0%	30	100,0%	1	100,0%	11	100,0%
(N)	45		468		98		159		9		90	

Fonte: Elaboração própria.

No Brasil, do total das 45 eleitas, 25 (55,6%) delas têm familiares que ocuparam pelo menos um cargo eletivo ou de confiança, enquanto entre os 468 eleitos observa-se que 197 (42,1%) têm familiares que ocuparam cargos. A razão entre o número de cargos ocupados por familiares de eleitas pelo total de eleitas é de 1,89, enquanto a razão entre o número de cargos ocupados por familiares de eleitos e o total de eleitos é de 0,94. As eleitas apresentam maior percentual de familiares que ocuparam cargos, o que confirma a hipótese de que o capital político familiar seria mais presente no caso da eleição de mulheres do que de homens, no caso específico das deputadas federais brasileiras eleitas em 2006.

Entre os deputados brasileiros, os cargos foram ocupados principalmente pelos seus pais, seguidos dos irmãos. Já no caso das deputadas, a maior parte dos cargos foi ocupada pelos seus cônjuges. Este fato é interessante, pois indica como o patriarcalismo se reproduz na realidade política brasileira: *delega-se capital político principalmente de pais para filhos, mas não para filhas. O capital político familiar das eleitas seria delegado de seus cônjuges.*

*O caso argentino, apesar de não mostrar diferenças no capital político familiar de deputadas e deputados, indica que o principal familiar de deputadas nos espaços políticos formais é o seu cônjuge.* Não há grandes diferenças entre o número de diferentes cargos ocupados por pais de deputadas e deputados. A diferença reside nos cargos ocupados por irmãos/ãs: esses são os principais familiares de deputados vinculados a cargos públicos eletivos e não-eletivos de primeiro escalão, concentrando quase metade dos casos. Apesar de também ser importante entre as deputadas (na terceira posição, após cônjuges e pais), há uma diferença de 26,1 pontos percentuais entre deputados e deputadas nessa variável. Paralelamente ao caso brasileiro, parece que na Argentina o capital familiar também é repassado dos pais aos filhos (e também a filhas, em menor importância), mas no caso das deputadas o capital familiar do cônjuge é tem maior relevância.

Não é viável realizar comparações fundadas no sexo do/a representante no caso uruguaio, porque apenas uma representante possuía vínculo com político profissional que ocupara cargos públicos, mas é possível analisar a fonte do capital familiar dos deputados que o possuem: o maior número de casos se concentra nos pais.

*A hipótese de que o capital político familiar é mais importante para mulheres do que para homens só se verifica em relação ao caso brasileiro, no qual a distância entre deputados e deputadas com capital familiar é de 13,5 pontos percentuais.* Nesse país, mais da metade das deputadas tem capital político familiar, cuja vinculação principal é seu cônjuge. Entretanto, o capital familiar está longe de ser desconsiderado importante entre os eleitos brasileiros.

*Nos casos argentino e uruguaio a hipótese não se confirma – o conjunto de dados indica que a importância desse capital é menor nestes países do que no Brasil.* Apesar da negativa da hipótese no caso argentino, com a indicação de que homens e mulheres apresentam esse tipo de capital, observa-se que o tipo de capital político

familiar mobilizado por eles provém de “distintas fontes”. A *principal vinculação familiar das mulheres é o cônjuge; entre os homens, são pai e irmãos.*

A magnitude da importância do capital familiar no Brasil, em comparação com Uruguai e Argentina, é relevante. Os dois países apresentam três vezes menos vinculação com capital familiar do que o Brasil. Com as ferramentas disponíveis neste trabalho não é possível explicar definitivamente o que condiciona esta diferença tão grande, mas é possível levantar algumas hipóteses. A primeira, é claro, se refere às possíveis limitações na coleta de dados para a análise – sempre é possível imaginar que alguns dados foram mal classificados pela dificuldade de realização da pesquisa de campo, considerando-se que para a coleta dos dados brasileiros contava-se com uma ampla e sistemática fonte de pesquisa que indicava presença de capital familiar<sup>7</sup>, o que não ocorreu em relação à coleta de dados dos demais países. Descartada a possibilidade de erro na coleta, para cada um dos países dois fatores são relevantes: na Argentina, o caráter fluido da atividade político-partidária; no Uruguai, a renovação política capitaneada pelo *Frente Amplio*, que se distancia das formas tradicionais de ação política no país.

Em relação à Argentina, uma limitação na abordagem deste trabalho fica clara. Ao se tratar de atividade política profissional, as categorias aqui utilizadas se baseiam em ocupações de espaços formais de tomada de decisão, principalmente cargos eletivos. Deste modo, a militância interna no partido, muito importante no caso argentino, não é abordada nesta análise.<sup>8</sup> Além disso, na Argentina os partidos não são estruturas estáveis; ao contrário, as atividades relacionadas aos partidos são fluidas, muitas vezes não-institucionalizadas e se apresentam como movimentos e frentes, de modo mais próximo de uma atividade de militância em movimentos sociais, por exemplo. A divisão peronismo/anti-peronismo funciona como ideologia mobilizadora que de fato organiza as frentes políticas fora das estruturas do Estado. Este tipo de militância político partidária não ocorre no Brasil – aqui, a visão profissionalizante da ação política está relacionada à ocupação de cargos na estrutura estatal, em especial cargos eletivos. No Brasil, muitas vezes cargos não-eletivos de primeiro escalão são ocupados por pessoas que não são consideradas políticas, baseando-se na (falsa) ideia de uma distância entre a atividade política profissional e a atuação “técnica” de um Ministério ou Secretaria.

Em relação ao Uruguai, a baixa presença de capital familiar pode ser fruto da renovação que o sistema político uruguaio vem experimentando desde a década de 1990. O *Frente Amplio*, que havia sido fundado dois anos antes do golpe de 1973, foi a principal força de esquerda e de renovação política desenvolvida no Uruguai contemporâneo. Desde o retorno do poder aos civis o *Frente Amplio*, partido com base social, distante dos tradicionais *blancos* (*Partido Nacional*) e *colorados* (*Partido Colorado*), forças que organizam a disputa política uruguaia desde a primeira metade do século XIX, apresenta crescimento a cada eleição. Em um contexto no qual 58,6% das cadeiras da Câmara baixa foram conquistadas por este partido não-tradicional, cujos militantes não ocupavam os espaços de poder até a década de 1990, o capital político familiar não seria tão importante quanto outros tipos de capital político, como o capital associativo, pelo fato da trajetória dos filiados ao *Frente Amplio* ser distinta dos militantes dos partidos tradicionais, que ocupavam os espaços de tomada de decisão política há dezenas de décadas. Quando se analisam os dados de participação sindical no

---

<sup>7</sup> O Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.

<sup>8</sup> Optou-se por não serem trabalhados dados de militância interna dos partidos pela grande dificuldade de coletá-los.

Uruguai, esta hipótese ganha mais força: dos 20 casos de participação em sindicatos de trabalhadores entre os/as 99 representantes, 19 são de eleitos/as do *Frente Amplio* (o outro é do *Partido Nacional*). Dos/as 58 representantes eleitos pelo partido, 38,5% apresentam participação na direção ou na presidência de sindicatos de trabalhadores.

**O capital político familiar e a ideologia partidária: eleitas de partidos de direita apresentam mais associação com capital familiar do que as de esquerda?**

A literatura especializada aponta que a presença de capital político familiar provavelmente estaria mais relacionada a candidaturas de partidos de direita do que de esquerda, visto que as agremiações de esquerda tenderiam a valorizar outro tipo de trajetória política, baseada principalmente na mobilização social e no associativismo (como se explicitou no caso específico do *Frente Amplio* uruguaio, na seção passada). A literatura aponta que o capital político familiar, que seria central na construção da carreira política de mulheres (ponto já explorado neste trabalho, que se confirma em relação ao contexto brasileiro, mas não se confirma no contexto argentino) seria mais associado a partidos de direita, pelo seu próprio caráter tradicional.

		<b>Tabela 25: Capital familiar, por sexo e por ideologia partidária - Brasil</b>					
		eleitas	eleitos	geral	freq eleitas	freq eleitos	freq geral
ideologia partidária	esquerda	9	56	65	36,0%	28,4%	29,3%
	direita	7	65	72	28,0%	33,0%	32,4%
	centro	9	76	85	36,0%	38,6%	38,3%
TOTAL		25	197	222	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria.

Para o Brasil, os dados sobre os eleitos e eleitas em 2006 indicam que *o capital familiar é mais relevante entre parlamentares de partidos de direita, entre os homens, e que não há diferença na distribuição do capital familiar entre deputadas de partidos de distintas posições ideológicas* (obviamente, deve-se observar o pequeno número de ocorrências entre elas, de 25 casos). A vinculação entre capital familiar e partidos de direita é verificável entre os eleitos, com a tendência de diminuição da presença de capital familiar conforme se direciona à esquerda do espectro ideológico, mas não pode ser afirmada em relação ao conjunto de eleitas.

Como já apresentado neste trabalho, a principal clivagem do sistema partidário argentino é a contraposição entre peronismo e anti-peronismo. Para os dados dos/as eleitas/os em 2005 e 2007, a melhor forma de sistematizá-los é a determinação do bloco *Frente para la Victoria – PJ* como o polo peronista, organizado pelo kirchnerismo (na

época, liderado pelo ex-presidente Néstor Kirchner) e a agregação dos demais partidos e blocos no polo oposto, anti-kirchnerista.<sup>9</sup>

		<b>Tabela 26: Capital familiar, por sexo e por ideologia partidária - Argentina</b>					
		eleitas	eleitos	geral	freq eleitas	freq eleitos	freq geral
ideologia partidária	kirchnerismo	10	9	19	83,3%	60,0%	70,4%
	anti-kirchnerismo	2	6	8	16,7%	40,0%	29,6%
TOTAL		12	15	27	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Dos 27 casos de capital familiar identificados, observa-se que *no conjunto de mulheres aquelas com capital familiar são claramente identificadas com o grupo kirchnerista, o que não ocorre entre os homens, ainda que a maioria deles também esteja neste campo.*

Em relação ao Uruguai, como já apresentado anteriormente neste trabalho, a única mulher que apresentou capital familiar é filiada ao *Frente Amplio*. Dos 10 casos de capital familiar identificados entre os/as representantes, 5 são do *Partido Nacional* (13,9% de suas 36 cadeiras), 2 são do *Partido Colorado* (2 de suas 10 cadeiras) e 3 são do *Frente Amplio* (5,8% de suas 52 cadeiras).

### **O capital econômico: como se distribui entre eleitos e eleitas?**

As largas alianças entre atores do campo político e do econômico - e a influência de capitalistas na condução dos negócios públicos - levam à hipótese de que a posse de capital econômico é uma variável muito relevante para a construção de uma carreira política. Candidaturas associadas ao campo econômico trariam claras vantagens para a mobilização de apoio político e seriam características bastante desejáveis do ponto de vista da mobilização de recursos partidários.

*Os dados indicam que o capital econômico é central entre o conjunto de deputados/as do Brasil: 53,8% deles/as é dono de empresas. No Uruguai 20,2% dos/as representantes é dono de empresas e na Argentina, 15,2%.*

Analisando-se os dados sobre os deputados brasileiros, verifica-se que a *presença de capital econômico é muito mais contundente para os eleitos do que para as eleitas, abarcando 56,6% dos deputados da Casa*. O percentual de donos de empresas entre os eleitos é mais do que duas vezes maior do que entre as eleitas.

<sup>9</sup> Optou-se por utilizar a denominação “peronismo kirchnerista” por ser mais precisa do que simplesmente “peronismo”, visto que há diversos setores minoritários que se identificam como peronistas mas que não apoiam o kirchnerismo.

Tabela 27: Variáveis de capital econômico												
	Brasil				Argentina				Uruguai			
Dono/a de empresa	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
sim	11	24,4%	265	56,6%	5	5,1%	34	21,4%	0	0,0%	20	22,2%
microempresário	0	0,0%	5	1,1%	8	8,2%	13	8,2%	2	22,2%	4	4,4%
não	33	73,3%	194	41,5%	85	86,7%	112	70,4%	7	77,8%	61	67,8%
<i>missing cases</i>	1	2,2%	4	0,9%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	5	5,6%
TOTAL	45	100%	468	100%	98	100%	159	100%	9	100%	90	100%
Diretor/a de empresa												
sim	5	11,1%	144	30,8%	1	1,0%	12	7,5%	0	0,0%	12	13,3%
não	35	77,8%	240	51,3%	96	98,0%	146	91,8%	9	100%	73	81,1%
<i>missing cases</i>	5	11,1%	84	17,9%	1	1,0%	1	0,6%	0	0,0%	5	5,6%
TOTAL	45	100%	468	100%	98	100%	159	100%	9	100%	90	100%

Fonte: Elaboração própria.

Apesar de ser muito inferior ao percentual referente aos deputados brasileiros, *na Argentina e no Uruguai o capital econômico se relaciona a pouco mais de um quinto dos representantes eleitos*. A diferença entre eleitos e eleitas é muito grande nos dois países: no Uruguai nenhuma representante é capitalista, enquanto 20 representantes homens são donos de empresas; na Argentina 5,1% das deputadas são empresárias, enquanto 21,4% dos deputados são donos de empresas. Na tabela 35, acima, é possível observar que a distância entre eleitos e eleitas também se reproduz para os diretores de empresas, gerenciadores do capital.

Este dado é muito relevante porque dimensiona a influência do capital econômico para o campo político. Ainda que haja uma taxa de conversão do capital econômico para o campo político – ou seja, ele não tem uma razão 1:1 em relação ao campo político –, o campo econômico exerce uma enorme pressão no campo político. Assim, estes dados expõem que a presença do capital econômico no campo político que é bastante grande, principalmente no Brasil, onde mais de metade dos/as parlamentares é capitalista: não somente seus interesses são presentes por diversas ações não-representativas no campo, mas também têm sua garantia de representação de seus interesses por uma política de presença no Parlamento.

Considerando a importância deste tipo de capital, relevante nos três países analisados (ainda que sejam relevâncias de intensidades diferentes), observa-se também que a posse desse capital é muito desigual entre mulheres e homens. Comparando-se ao capital familiar, aqui já analisado, vê-se que o capital econômico é mais frequente nos conjuntos totais de parlamentares por país, e exatamente é em relação a ele que se vê

uma distância muito grande entre os eleitos e as eleitas. Se a presença de capital econômico é tão relevante entre parlamentares, neste ponto a desigualdade de gênero se coloca como ponto central, com clara desvantagem para as mulheres.

### Como se apresentam as formas combinadas de capital econômico e familiar?

Atrás das variáveis referentes ao capital político do próprio campo (especialmente a prévia ocupação de uma cadeira na Câmara baixa), *nos três países, o capital econômico é a variável com maior ocorrência entre os representantes*. O capital político não se apresenta necessariamente de forma separada entre os/as deputados/as, portanto é interessante observar como as formas combinadas de capital se apresentam entre os parlamentares:

Tabela 28: Capital familiar e capital econômico, por país										
Brasil					Argentina			Uruguai		
capital familiar										
		sim	não	TOTAL	sim	não	TOTAL	sim	não	TOTAL
capital econômico	sim	66,2% (147)	46% (134)	54,8% (281)	18,5% (5)	23,9% (55)	23,3% (60)	30% (3)	25,8% (23)	26,3% (26)
	não	33,8% (75)	54% (157)	44,2% (232)	81,5% (22)	76,1% (175)	76,7% (197)	70% (7)	74,2% (66)	73,7% (73)
TOTAL		100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria.

*A combinação entre capital econômico e capital familiar é uma possibilidade importante entre os deputados e deputadas brasileiros: há 147 casos indicados, o que corresponde a 28,6% da Casa. A distribuição deste perfil entre os eleitos e eleitas é equilibrada, com uma pequena “vantagem” para os homens:*

Tabela 29: Capital familiar + Capital econômico, por sexo - Brasil			
C.Familiar + C.Econômico	eleitas	eleitos	TOTAL
sim	22,2%	29,3%	28,7%
não	77,8%	70,7%	71,3%
TOTAL	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria

Na Argentina e no Uruguai o número de casos de combinação entre capital econômico e capital familiar é muito pequeno, fato que ressalta a singularidade do caso brasileiro.

### O capital associativo: a militância em sindicatos de trabalhadores

A teoria indica que a militância em movimentos sociais é um fator relevante para a socialização política dos agentes. Participar de movimentos sociais e de associações civis e atuar politicamente fora do âmbito institucional seriam caminhos para a construção de uma carreira política, porque tanto pode ser importante na fase de desenvolvimento de ambição política como no desenvolvimento das habilidades exigidas pelo campo político e na construção de redes que apoiarão o caminho da filiação, lançamento da candidatura e da eleição.

Neste trabalho somente foram consideradas as variáveis relativas à participação na presidência e direção de sindicatos de trabalhadores e patronais. *A coleta dos dados mostrou uma amplitude muito grande de movimentos sociais e associações civis (que já apresentam uma diferença grande, a priori) às quais os/as eleitos/as se engajaram, desde a presidência de grêmios estudantis de escolas privadas até a guerrilha urbana contra a ditadura militar.* Com tanta diversidade, optou-se pelo uso de um indicador mais comparável, que é a presidência de sindicatos de trabalhadores.

Analisando-se os dados sobre os/as representantes da Argentina e do Brasil, vê-se que *em relação à atuação como liderança em sindicatos de trabalhadores não há muita diferença entre eleitas e eleitos, tanto no âmbito da presidência quanto da participação na diretoria dos sindicatos.* Os dados do Uruguai mostram que apenas uma eleita era associada à diretoria de um sindicato, enquanto a participação dos eleitos em sindicatos indica 20% de direção e presidência sindical.

Tabela 30: Liderança em sindicatos												
Sindicato de trabalhadores	Brasil				Argentina				Uruguai			
	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos	eleitas	freq. eleitas	eleitos	freq. eleitos
foi presidente	5	11,1%	50	10,7%	3	3,1%	11	6,9%	0	0,0%	9	10,0%
foi da diretoria (exceto presidência)	7	15,6%	55	11,8%	6	6,1%	7	4,4%	1	11,1%	11	12,2%
não foi liderança	35	77,8%	386	82,5%	89	90,8%	144	90,6%	8	88,9%	76	76,6%
(N)	45	100%	468	100%	98	100%	159	100%	9	100%	90	100%

Fonte: Elaboração própria.

Entre os sindicatos brasileiros dos quais os deputados e deputadas foram lideranças, destaca-se a CUT, Central Única dos Trabalhadores, em suas diversas

regionais. Assim como nos dados gerais, a semelhança dos dados sindicais argentinos com os brasileiros se repete. Na Argentina são também centrais sindicais, em suas diversas regionais, que se destacam: a *Central de Trabajadores Argentinos* (CTA) e a *Confederación General del Trabajo* (CTG). Entre os principais sindicatos dirigidos e presididos pelos representantes uruguaios ressaltam-se os sindicatos de professores (vale retomar os dados profissionais dos representantes argentinos: “professor” é a terceira principal profissão entre os parlamentares, com apenas uma ocorrência a menos do que “advogado”).

### **Como se distribuem os diferentes tipos de capital, controladas as condições socioeconômicas do distrito?**

A literatura sobre modernização política indica que o padrão de capital político de parlamentares (homens e mulheres) de regiões “modernizadas” seria distinto do padrão de capital político de parlamentares de regiões mais “tradicionais”. Seria esperado, por exemplo, que nas regiões modernizadas houvesse menor presença de capital familiar e maior presença de mobilização sindical.

Na tabela 31<sup>10</sup> é possível analisar a presença de capital econômico, sindical e familiar pelas faixas de IDH. Os distritos<sup>11</sup> foram agrupados de acordo com a faixa de IDH – índice que vai de zero a um, sendo um o maior ponto de desenvolvimento humano.

No caso brasileiro os distritos com a faixa de IDH mais baixa, entre 0,6 e 0,7, são aqueles que apresentam a maior razão de presença de capital econômico entre as eleitas: 0,50, ou seja, metade dos casos das eleitas destes distritos. No entanto, o baixo número de casos deve ser contextualizado nesta análise – são apenas quatro eleitas de distritos desta faixa, sendo que metade delas é dona de empresas. Controlando-se o capital familiar, observa-se que essas duas eleitas empresárias são também vinculadas a capital familiar.

No Brasil, a maior razão de presença de capital econômico entre os eleitos se refere aos distritos cujo IDH está em 0,7 e 0,8. Como já apresentado nas seções anteriores, o capital econômico é muito presente na Casa, então a sua razão de presença geral é alta, de 1,24.

---

<sup>10</sup> Neste trabalho o indicador socioeconômico utilizado é o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Apesar das claras limitações, condicionadas pela escolha das (poucas) variáveis, o IDH é aqui utilizado justamente por ser um indicador simplificado para teste do efeito das condições socioeconômicas nas populações analisadas – aqui, distribuídas por distrito.

<sup>11</sup> Os valores utilizados se referem ao cálculo do IDH Brasil 2000, IDH Argentina 2006 e IDH Uruguai 2002.

**Tabela 31: Capital econômico, sindical e familiar, pelo IDH do distrito**

IDH distrito	capital econômico					sindicato					capital familiar				
	sim	não	razão sim/não geral	razão sim/não eleitas	razão sim/não eleitos	sim	não	razão sim/não geral	razão sim/não eleitas	razão sim/não eleitos	sim	não	razão sim/não geral	razão sim/não eleitas	razão sim/não eleitos
<b>Brasil</b>															
0,6-0,7	59	45	1,31	0,50	1,39	25	84	0,30	0,75	0,28	55	49	1,12	2,00	1,09
0,7-0,8	134	99	1,35	0,32	1,60	42	207	0,20	0,29	0,19	109	129	0,84	1,60	0,78
0,8-0,9	88	83	1,06	0,30	1,16	50	130	0,38	0,30	0,39	58	113	0,51	0,63	0,50
<b>TOTAL</b>	<b>281</b>	<b>227</b>	<b>1,24</b>	<b>0,33</b>	<b>1,39</b>	<b>117</b>	<b>421</b>	<b>0,28</b>	<b>0,34</b>	<b>0,27</b>	<b>222</b>	<b>291</b>	<b>0,76</b>	<b>1,25</b>	<b>0,73</b>
<b>Argentina</b>															
0,7-0,8	15	46	0,33	0,21	0,41	2	59	0,03	0,10	0	11	50	0,22	0,15	0,27
0,8-0,9	45	151	0,30	0,14	0,42	25	174	0,14	0,10	0,17	16	180	0,09	0,14	0,06
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>197</b>	<b>0,30</b>	<b>0,15</b>	<b>0,42</b>	<b>27</b>	<b>233</b>	<b>0,12</b>	<b>0,10</b>	<b>0,13</b>	<b>27</b>	<b>230</b>	<b>0,12</b>	<b>0,14</b>	<b>0,10</b>
<b>Uruguai</b>															
0,7-0,8	3	12	0,25	0	0,25	2	16	0,13	0	0,1	4	13	0,31	0	0,31
0,8-0,9	23	56	0,41	0,29	0,43	19	68	0,28	0,1	0,3	6	76	0,08	0,13	0,07
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>68</b>	<b>0,38</b>	<b>0,29</b>	<b>0,39</b>	<b>21</b>	<b>84</b>	<b>0,25</b>	<b>0,1</b>	<b>0,3</b>	<b>10</b>	<b>89</b>	<b>0,11</b>	<b>0,13</b>	<b>0,11</b>

Fonte: Elaboração própria; IDH calculado pelo PNUD.

O capital familiar apresenta a segunda maior razão geral: 0,76. Nos distritos na faixa mais baixa de IDH é também onde há maior presença de capital familiar, onde mais da metade do total de representantes apresenta vinculação com familiar que ocupou cargos políticos eletivos e não-eletivos de primeiro escalão. Entre as mulheres de distritos desta faixa de IDH a razão é ainda mais alta (2,0) – entre seis eleitas, quatro têm vinculação com capital familiar.

Em relação a este tipo de capital o dado mais relevante é a direção da diminuição da presença de capital familiar, de acordo com a faixa de IDH: *em distritos com IDH mais baixo, a razão de presença de capital familiar é mais alta; nos distritos de IDH mais elevado, a razão é mais baixa*. Este dado, que se apresenta não apenas no contexto brasileiro, mas também no Uruguai e na Argentina (embora ali o capital familiar seja menos importante), como se vê nas colunas de razão de capital familiar nos três países,

corroborar a hipótese de que *quanto mais “modernizada” a região, menor é a influência do pertencimento a “clãs familiares” políticos, um padrão político tradicional.*

*Nos três países o capital sindical apresenta razões de presença mais alta nos distritos com IDH mais elevado.* No Brasil, apesar da razão de presença de capital sindical entre as mulheres ser maior na faixa 0,6-0,7 do que nos distritos de maior IDH, esse valor se refere a apenas três entre sete casos de eleitas.

## Conclusão

De modo geral, os dados sobre o Brasil colocam o país como caso singular de presença de capital econômico e familiar. Esses tipos de capital não estejam presentes (como o capital familiar) e são importantes (como o capital econômico) nos outros dois países analisados, mas a concentração de capital econômico, familiar e a combinação de ambos entre os/as deputados/as brasileiros/as é demasiadamente marcante.

A comparação entre Uruguai e Argentina traz dados interessantes. As representantes uruguaias estão muito distantes do padrão de ocupação de cargos das deputadas argentinas, muito provavelmente por causa das cotas de gênero em operação há quase vinte anos na Argentina. Apesar dessas cotas terem aberto as portas do Parlamento para as mulheres argentinas, quando se compara o padrão de capital político dessas deputadas com seus pares masculinos as diferenças saltam aos olhos: apesar de serem praticamente 40% da Casa, a distribuição de ocupação prévia de cargos no nível departamental é menor do que entre os deputados (especificamente *intendente*); não apresentam muitas diferenças na presença de capital familiar, mas na direção de sua delegação – entre os deputados o principal familiar ocupante de cargos políticos é o/a irmão/o; entre as deputadas, o principal familiar é o cônjuge –; a presença de capital econômico é quatro vezes superior entre os deputados. O que se observa é que aqueles tipos de capital “acumulados” individualmente, como a experiência em cargos públicos e a experiência sindical, as deputadas argentinas estão logrando êxito em alcançar; já os tipos de capital que dependem de fortes variáveis externas, como o capital econômico (porque não é qualquer pessoa que consegue ser capitalista sob o capitalismo) e o capital familiar delegado dos pais (que depende da loteria do nascimento) são aqueles menos presentes, que distanciam os perfis femininos e masculinos dentro da Casa.

No Uruguai, das nove representantes eleitas, oito são do *Frente Amplio*. É possível relacionar claramente a entrada das mulheres com a entrada geral de novos atores políticos no sistema político uruguaio. Apesar do baixo número de eleitas, é possível apreender algumas características gerais que distinguem estas mulheres do restante da Casa. Como semelhança com os representantes homens têm apenas os mandatos prévios como representantes nacionais, o cargo para o qual foram eleitas. Não apresentam capital econômico (presente em 20% da Casa), apenas uma eleita apresenta capital familiar (presente em 10% da Casa) e apenas uma eleita apresenta capital sindical (presente em cerca de 20% da Casa). Apenas uma não é *frenteamplista*. O capital político destas representantes é, basicamente, oriundo da própria militância político-partidária, em um sistema bastante fechado para a participação feminina. Com as cotas de gênero para 2014, espera-se que a presença feminina no Parlamento uruguaio cresça, já que as listas são fechadas e haverá mandatos de posição. Uma pesquisa comparativa com os dados aqui analisados e os dados referentes às novas eleitas renderá uma análise interessante, capaz de verificar o efeito das cotas.

De modo geral, o que se verifica é que em países com distintas organizações de sistema eleitoral, sistema partidário e condições sociais (apesar de algumas semelhanças históricas), a condição de competição das mulheres é de clara desvantagem (mesmo na Argentina, que chegou a ter 40% das cadeiras do Parlamento ocupadas por mulheres). Além de se analisar as barreiras para a entrada das mulheres no campo político, é preciso ver também as barreiras para seu estabelecimento. A distribuição dos recursos necessários para a construção da carreira política é desigual entre mulheres e homens. Não apenas são distintos os perfis de ocupação prévia de cargos, do qual deriva o capital político do próprio campo, mas também outros tipos de capital cuja conversão é relevante para se subir mais degraus na hierarquia do campo, como principalmente o capital do campo econômico. Em um contexto de presença tão marcante deste tipo de capital (especialmente no caso brasileiro), não possuí-lo representa uma clara desvantagem nas chances de progressão na carreira e também de atuação parlamentar neste mesmo cargo para o qual foi eleita/o.

## BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, Pierre. (2007 [1989]), *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- JONES, Mark P., Sebastián Saiegh, Pablo T. Spiller y Mariano Tommasi. (2000), “Políticos Profesionales - Legisladores “Amateurs”: El Congreso Argentino En El Siglo XX”. Artículo preparado para presentar en la *Conferencia Anual de la Sociedad Internacional de la Nueva Economía Institucional* del 22 al 24 de septiembre de 2000, Tübingen, Alemania.
- MATOS, Marlise. (2008b), “A Política na Ausência das Mulheres: um estudo sobre recrutamento, trajetórias/carreiras e comportamento legislativo de mulheres”. *Relatório de Pesquisa CNPq*, FAPEMIG.
- MARQUES, Danusa. (2012), *Determinantes de carreiras políticas no Brasil, na Argentina e no Uruguai: uma abordagem comparativa entre deputadas e deputados*. Tese de doutorado. Departamento de Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais.
- MIGUEL, Luis Felipe. (2003), “Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro”. *Revista de Sociologia Política*, 20. pp. 115-134.
- NORRIS, Pippa. (2004), *Electoral Engineering*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PINHEIRO, Luana Simões. (2007), *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.